

A imigração asiática em Japeri: Uma colônia japonesa em Pedra Lisa na década de 1950

The Asian immigration in Japeri: A Japanese colony in Pedra Lisa in the 1950s

Raphaela Nogueira Machado Correio

Como citar esse artigo. Correio, RNM. A imigração asiática em Japeri: Uma colônia japonesa em Pedra Lisa na década de 1950. 2018 Jul./Dez.; 09 (2): SUPLEMENTOS 48-55.

Resumo

O presente texto tem como objeto apresentar uma colônia de imigrantes japoneses na Baixada Fluminense no município de Japeri, na década de 1950, apresentando como o processo migratório intensificou a atividade agrícola e cultural do atual município, bem como analisar o interesse dos imigrantes pela região, uma vez que passaram por estados como São Paulo, Minas Gerais e em outras cidades do Estado do Rio de Janeiro. Japeri no momento da constituição da colônia japonesa era ainda pertencente ao município de Nova Iguaçu, teve grande relevância na cultura de frutas, verduras e hortaliças em que uma parcela das plantações era organizada pela colônia e a associação deles proporcionou curso de línguas e artes marciais para os moradores locais, destacando sua cultura.

Palavras-Chave: Japoneses, imigração, Baixada Fluminense

Abstract

This paper aims to present a colony of Japanese immigrants in the Baixada Fluminense in the municipality of Japeri in the 1950s, presenting how the immigration process intensified the agricultural and cultural activity in the, as well as presenting the interest of immigrants in the region, since they have passed through states like São Paulo, Minas Gerais and other cities of the State of Rio de Janeiro. Japeri at the time of the constitution of the Japanese colony was still belonging to the municipality of Nova Iguaçu, had great relevance in the culture of fruits, vegetables and greenery in which a portion of the plantations were organized by the colony and their association provided a language course and martial arts to the locals, highlighting their culture.

Keywords: Japanese, immigration, Baixada Fluminense Region

Introdução

Este texto é fruto da monografia defendida em 2016 no Instituto Multidisciplinar, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nosso interesse foi despertado por um monumento feito em pedra sobre 50 anos da imigração na praça de Pedra Lisa, na atual cidade de Japeri (Rio de Janeiro) como também por residir no local e ver os japoneses ainda circulando na região, trabalhando na agricultura e ouvindo as histórias de antigos moradores sobre a região.

O objetivo do artigo é trabalhar com a memória local de Japeri, revivendo um processo migratório pouco conhecido pela historiografia do Rio de Janeiro, sobre os japoneses e seus descendentes na Baixada Fluminense e a importância socioeconômica que isto gerou no século XX. A metodologia utilizada aqui consiste no debate historiográfico sobre a imigração japonesa e as entrevistas realizadas com os moradores da colônia de Pedra Lisa, situada na cidade de Japeri/

RJ. Em um primeiro momento abordaremos a vinda dos imigrantes desde o Japão até a chegada na Baixada Fluminense, em seguida como se deu a organização dos mesmos dentro do Estado do Rio de Janeiro e no momento final como foi realizado o assentamento definitivo na região de Pedra Lisa e os motivadores para a escolha da região.

A colônia japonesa de Pedra Lisa carece de fontes e Japeri ainda não tem um centro de memória para conservar documentos para pesquisa, daí a importância de conhecer o desenvolvimento da colônia que faz parte da história local. Neste artigo apresentamos a construção da colônia japonesa da Pedra Lisa apontando sua relevância para a região, tanto cultural quanto econômica.

Para tanto o texto percorrerá brevemente a história da imigração japonesa no Brasil, desde a chegada ao Estado do Rio de Janeiro e mais precisamente até a Baixada Fluminense, região na época não expressiva economicamente. No momento da chegada dos japoneses, a região da Baixada Fluminense era ocupada

Afiliação dos autores: Licenciada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Rio de Janeiro, Brasil

Email para correspondência: phaela.machado@hotmail.com

Recebido em: 01/08/18 Aceito em: 21/12/18

por pequenos lavradores.

Com grandes faixas de terras desocupadas no Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha (1909/1910), político brasileiro que atuou principalmente como deputado federal e vice presidente, apresentou uma política de diversificação agrícola, mesmo sem abandonar o café, mas que acarretasse lucro e ocupasse a economia fluminense como um todo, transformando a região da Baixada Fluminense em um laranjal, destinados à exportação. Desde então, as frutas passaram a ser o ponto forte da produção agrícola da localidade, com destaque para a produção de bananas e goiabas, produzidas principalmente pela colônia japonesa implementada em Japeri desde 1952.

A política de diversificação agrícola, iniciada por Nilo Peçanha demonstrou o potencial que o Rio de Janeiro possuía em terras que antes não estavam gerando lucro por estarem desocupadas, isto fez com que alguns pequenos grupos de japoneses entrassem em processo de migração, saindo de São Paulo em busca de terras que pudessem ser próprias. Esses grupos não recebiam informações oficiais para comprar novas terras, apenas ouviam relatos de conhecidos e em busca de melhorar suas condições financeiras e poderem trabalhar por conta própria procuravam por novas regiões, e desta maneira chegaram a Baixada Fluminense como veremos adiante.

Do Japão à Baixada Fluminense

Os japoneses começaram o processo migratório em 1870, escolheram países como Austrália, Estados Unidos, Havaí, posteriormente Peru, Bolívia, Brasil e outros. A motivação inicial, se deu porque o Japão passou longo período isolado do mundo ocidental, durante o controle político dos xóguns da família Tokugawa. Possuía uma economia feudal, dependente da cultura de arroz e seriamente estagnada, acarretou uma grave crise interna e até mesmo uma guerra civil em 1868, em que o lado vencedor exigiu a restauração do poder ao imperador, para que o país passasse por um processo rápido de modernização, dentro dos moldes ocidentais, com isso estabeleceu-se a Era Meiji (1868-1912), segundo Handa (1987).

O governo Meiji modernizou o país, contudo, os beneficiados foram a aristocracia e uma emergente burguesia, a maior parcela da população permaneceu trabalhando no campo ou migrava para as cidades, graças a densidade demográfica do arquipélago japonês, as opções passaram a se tornar escassas e o governo japonês passou a incentivar a imigração, assim muitos trabalhadores preferiram correr o risco de ir para um país estranho do que viver a pobreza conhecida por eles, a primeira onda migratória foi para a Austrália no ano de 1883 e posteriormente para países como Canadá, Estados Unidos, Peru e Brasil. Todo o movimento era no intuito de serem acolhidos nesses países como

trabalhadores, conseguirem bons frutos e retornar ao Japão com a devida prosperidade (HANDA, 1987).

No século XIX, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, uma vez que era a mão-de-obra predominante e a economia era dependente daquelas relações de trabalho. No ano de 1888, os barões do café viram a concretização da abolição, a alternativa passou a ser a entrada de imigrantes europeus, como italianos, alemães, holandeses e outros, através de uma política de “branqueamento”, através de projeto que vinha sendo discutido desde 1847, como nos afirma Handa (1987).

Muitos fazendeiros paulistas passaram a introduzir esses trabalhadores em suas terras, o pagamento era feito através da porcentagem da produção. Apenas vinham ao Brasil trabalhadores autônomos, ou seja, sem tutela de seus respectivos países.

Conforme os estudos apontados por Handa (1987), o Brasil foi o país que mais recebeu os imigrantes japoneses, no início até meados do século XX e, até hoje é conhecido como a maior comunidade japonesa fora do Japão, contando com 1,5 milhão de imigrantes. Houve no século XX toda uma tentativa de atrair os japoneses, através de propaganda e incentivos, que mais tarde se tornaria endividamento por parte dos imigrantes.

Segundo Tommo Handa (1987), o primeiro navio que aportou trazendo 781 japoneses foi o Kasatu Maru, em 18 de junho de 1908, no Porto de Santos, em São Paulo. Após o exame médico que era rápido eles desembarcavam no dia seguinte. A comissão de São Paulo que os recebeu, era “formado por Arajiro Miura, funcionário intérprete da Legação Japonesa em Petrópolis, Teijiro Suzuki, secretário da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, Rafael Monteiro, representante da Companhia Imperial de Emigração, e Takeo Goto, funcionário da Casa Fujisaki, de São Paulo.” (HANDA, 1987. p. 4)

A impressão desses imigrantes no Brasil, o choque cultural foi relevante nas construções sociais, a adaptação ao novo território, uma culinária diferente, um idioma novo. Ressignificar a identidade, estabelecer novos laços e se inserir em novo sistema de trabalho trouxe um período de adaptação, tanto para os japoneses, quanto aos brasileiros. A imigração japonesa foi essencialmente agrícola no Brasil, a participação no comércio foi tardia, com raras exceções. Alguns imigrantes vieram com a intenção de dedicar-se ao comércio e pode-se assim considerá-los como precursores das firmas japonesas que se estabeleceram no Brasil. Podemos destacar a casa Fujisaki em São Paulo e a casa Hachiya no Rio de Janeiro, ambas no início do século XX, como aponta Tommo Handa (1987).

A Migração Japonesa no Rio de Janeiro

No caso do Rio de Janeiro, a ideia era introduzir novos elementos de produção e riqueza, já que o estado era considerado “tão depauperado e decadente da sua propriedade de outr’ora” (Rio de Janeiro, 1909, p. 10). O plano de colonização dos japoneses para o Estado foi objeto de prévia e acurada discussão, tanto pelo governo estadual como pelos dirigentes. Sobre as vantagens de ter os filhos do Império do Sol Nascente, o discurso era que eles tinham apreço pelo trabalho, eram organizados, e principalmente podiam ser conquistadores da Baixada Fluminense, pois com força de vontade e conhecimento já adquiridos fariam com que a terra prosperasse.

O contrato que foi firmado em 1 de Novembro de 1907, entre o governo do Estado e Rio Midzuno e Raphael Monteiro, foi diferente daquele acertado entre o Estado de São Paulo e a Companhia Imperial de Emigração de Tokio.

“O plano dos japoneses no Estado do Rio de Janeiro é considerável. Pretendem na Baixada Fluminense produzir em arroz uma riqueza igual, senão superior, á que São Paulo produz café. A superprodução não os deve atemorizar, porque eles saberão evita-la com o mesmo senso eminentemente econômico e previdente que admiravelmente os distingue. Mas, mesmo que eles não possam fazer tanto nesse sentido, o que é certo é que farão muito, produzirão muito, em todos os ramos da atividade industrial e agrícola” (RIO DE JANEIRO, 1909, p. 11)

Dentro do governo estadual, para quem era a favor da imigração, o objetivo era apresentá-los com potencial para se adaptar à realidade brasileira, e aqui estabelecer vínculos, sendo possível até descendentes que seriam considerados brasileiros. Já havia uma parte da população, com bom poder econômico, mas que não estava vinculado ao comércio e com a agricultura, que defendia a não imigração, por achar o país com uma miscigenação em grande escala, além de apresentarem como argumento que os “amarelos” (imigrantes da Ásia) não eram tão inteligentes e ágeis como a nova propaganda vinha estimulando desde o fim da escravidão. (RIO DE JANEIRO, 1909)

E que para o Brasil ser um país rico, o governo fluminense deveria investir na imigração de europeus, tendo neste ponto toda a motivação política para continuarem pregando o discurso do branqueamento do povo brasileiro. Mesmo com este discurso, a imigração japonesa foi mais viável, visto que era mais barato para sua manutenção e que pode ser visto como bons trabalhadores. (RIO DE JANEIRO, 1909)

Uma vez que o acordo de imigração foi firmado em 1907, era imaginável que políticos, fazendeiros e agricultores ficassem animados com a chegada dos

novos trabalhadores, já que a mão de obra estava escassa desde o fim da escravidão. Estes mesmos políticos, fazendeiros e agricultores começaram a planejar quais localidades seriam mais construtivas para o Brasil e quais possibilitariam maiores rendimentos econômicos, foi entre estes debates que uma política foi implementada visando atingir a Baixada Fluminense, até então uma das regiões que proporcionava grandes possibilidades de lucro e que vinha sofrendo com a falta de gente. (RIO DE JANEIRO, 1909)

Com a chegada do imigrante, ele foi remanejado mais para o estado do Rio de Janeiro, vindos de São Paulo e adentrando o interior, não ficando limitados as regiões que cercavam a capital, e podemos destacar a importância que a reemigração (Paganelli 2008) ganhou para o Estado do Rio de Janeiro, pois há uma espécie de empolgação em recebê-los, como se a partir dali o problema das terras vazias e a falta de mão de obra para a agricultura tivessem encontrado uma solução, como se o modelo do “bom” imigrante fosse a via mais acessível para realizar esse efeito, tal como aponta o texto abaixo,

“A Baixada do Estado do Rio de Janeiro jaz abandonada, nunca nella nenhuma colonização surtiu efeito, os japoneses no seu seio desejam se instalar. Aceitemol-os, e quem sabe se nesta providencia não estará a solução para a transformação das aluviões e dos charcos, que ora a encobrem, em vastas e uberinas planícies, celeiros de uma grande metrópole e fonte inspiradora da futura grandeza fluminense”. (RIO DE JANEIRO 1909, p. 21)

E ainda ressalta novamente os aspectos do bom imigrante, sendo eles mais uma vez, segundo a política estadual de imigração, vistos como a solução para tornar a região fluminense abastecedora da Capital Federal:

“Se desde 1835 todos os governos estendem curiosamente as suas vistas através dos horizontes perdidos da Baixada, e em promessas vãs dezenas de actos consumaram, começemos por povoar o que nella fôr ainda acessível à existência individual, e, como medida de hygiene, instalemos justamente o japonéz, que, para tal fim, se propõe – o homem mais asseado do universo. Elle nos dará com certeza o que esse vasto território pôde e deve dar [...]. Se nós até este instante não a soubemos aproveitar, que dela tirem proventos os que mais do que nós sentirem-se fortes para essa missão. Lucrará a terra, lucrará o Estado, buscará o Brasil quando a Baixada se nos desvendar saneada e povoada uma das mais fecundas conquistas do progresso e da civilização brasileira.” (RIO DE JANEIRO, 1909, p. 22)

A vinda dos imigrantes japoneses era parte de uma política para renovar a agricultura fluminense, mas para que esse projeto político desse certo era necessário um conjunto de medidas, desde nova adaptação por

parte dos japoneses, dessa vez dentro do Estado do Rio de Janeiro, as terras teriam que ser divididas de forma igualitária para não gerar conflitos, como foi o caso em Pedra Lisa, que veremos adiante e escoamento, um dos fatores mais difíceis seria garantir que os produtos agrícolas fossem produzidos em grande escala e de boa qualidade para serem revendidos na Capital Federal.

Paganelli (2008) reforça a ideia de um processo de reimplantação que aconteceu entre 1910 e 1930. Foi um deslocamento ou cruzamento de trajetos entre os grupos de imigrantes japoneses no Brasil. Esse processo se deu nas mudanças de estados e municípios, devido às companhias de imigração (estatais ou particulares). Essas mudanças ocorriam por iniciativa dos próprios imigrantes e seus familiares, como foi o caso dos primeiros imigrantes das fazendas de café paulistas, em busca de outras atividades e assim deram início a formação de núcleos coloniais no Rio de Janeiro.

No início do século XX (1909-1910), o governo Nilo Peçanha implementou uma política de diversificação nas culturas agrícolas e procurou transformar as terras ociosas da Baixada Fluminense em terras prósperas. Justamente no momento em que os laranjais começaram a se desenvolver nas fazendas. Os trabalhadores dividiam-se entre as atividades de plantio, colheita, confecção de caixas de madeira, seleção e lavagem das laranjas e o encaixotamento final. Essa produção agrícola é até hoje desenvolvida no município de Japeri, contudo em proporções menores, já que a zona rural hoje é pequena e os moradores procuram empregos na cidade. (SIMÕES, 2006)

No século XX outra atividade foi desenvolvida, conhecida como “bater esteira”, sendo o artesanato comercializado pelos pequenos núcleos familiares para aumentar a renda. A matéria-prima era a palha retirada de uma planta chamada de “taboa”, muito comum na região, devido as extensas áreas pantanosas. Usava-se também a “embira de guaxuma” que servia como um fio para amarrar a esteira e assim o produto era vendido em pequenas quantidades para os comerciantes locais ou em maiores quantidades para grandes comerciantes da capital. (VALVERDE, 1952)

Um pouco de História de Japeri

Essa região da Baixada Fluminense desenvolveu-se às margens dos caminhos que desde o século XVI iam sendo abertos, seja pelas bacias hidrográficas da Baía da Guanabara, seja pelas ferrovias ou até pelas rodovias. Um exemplo foi a Estrada da Polícia, que atualmente liga o bairro de Pedra Lisa à Jaceruba, e foi de grande importância para o desenvolvimento do município, pois era usada para escoar a produção. Nesta mesma estrada a colônia japonesa estabeleceu-se posteriormente. (SIMÕES, 2006)

Com a Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em 1858 no Rio de Janeiro, os portos fluviais foram substituídos pela ferrovia. A ferrovia trouxe grandes modificações para a região e transformou a vida dos moradores e produtores rurais, pois a locomoção de passageiros e transporte de carga passaram a ser feitos pela linha férrea Belém, que já havia sido distrito de Vassouras e Paracambi, foi integrada ao município de Nova Iguaçu em 1947 e passou a ser reconhecida como Japeri, que significa aproximadamente “aquilo que flutua”, devido as plantas utilizadas para a fabricação de esteiras, provavelmente conhecimento herdado de indígenas locais. (SIMÕES, 2006)

No ano de 1949, a igreja Nossa Senhora da Conceição foi elevada a paróquia em Japeri e em 1957 foi a vez da criação da Paróquia Senhor do Bonfim em Engenheiro Pedreira (bairro de Japeri). Japeri foi emancipado por um plebiscito em 30 de junho de 1991. A região que hoje pertence a Japeri é reconhecida por ter tido vários problemas de aquisição de terra em determinados pontos, uma vez que os camponeses sofreram com ações causadas por grileiros, que lutavam disputavam por estas terras. (COPELLO, 1983)

Grynszpan (1987) analisa dois problemas que a região da Baixada Fluminense enfrentou, “o abandono da agricultura e a apropriação indébita de terras públicas na região”. A ideia era promover núcleos coloniais para solucionar esses dois problemas, porém os objetivos esperados não foram alcançados. Com as políticas de saneamento nos anos de 1930 as terras foram valorizadas, gerando uma especulação imobiliária, que logo resultaria em intensas disputas de terras na Baixada.

“Considerando este cenário, podemos contextualizar a articulação entre os planos de obras e a criação dos núcleos de colonização na Baixada Fluminense. O aumento da demanda por abastecimento na cidade do Rio de Janeiro, neste sentido, refletiu em um esforço de transformação da Baixada em um “cinturão verde” de produção agrícola, que deveria ser implementado, por sua vez, em áreas desapropriadas para criação de núcleos de colonização. Buscando cumprir este objetivo, em 1932 e 1939, respectivamente, a fazenda São Bento do Iguassu (Duque de Caxias) e a fazenda do Tinguá (Nova Iguaçu), que haviam sido desapropriadas pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense em 1922, foram transformadas em núcleos coloniais do Estado. Além destes, encontravam-se também na região os núcleos de Santa Cruz (1930), Duque de Caxias (1941), Papucaia (1951) e Santa Alice (1955).” (MEDEIROS, 2015, p. 19)

Ainda sobre as terras na Baixada, Grynszpan (1987), afirma,

“Os investimentos estatais não representaram um incentivo à produção agrícola na Baixada. A valorização

por eles gerada alimentou a especulação e provocou intensas disputas de terras na região, não apenas entre lavradores e grileiros, mas também entre grileiros e grileiros, e até grileiros e legítimos proprietários. (...) A especulação imobiliária, principalmente através da atividade loteadora, foi o produto mais imediato das obras públicas promovidas na Baixada a partir dos anos 1930. (...) e os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores, em particular em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu.”(Grynszpan 1987, p. 51-56).

As rápidas transformações que ocorreram na região, entre os anos de 1930 até meados de 1960, tiveram grande impacto na zona rural. Um novo recorte geográfico foi sendo delineado na Baixada devido o processo de loteamentos e ainda uma expansão da área urbana. Isso provocou novas relações de trabalho e de posse de terra. Assim, novos atores sociais foram surgindo, como os administradores, arrendatários, grileiros e posseiros. (MEDEIROS, 2015)

Os problemas de terras existentes na região da baixada fluminense não podem ser vistos apenas como um evento isolado entre lavradores e grileiros. Muitos outros agentes estiveram envolvidos, como militantes de setores urbanos, políticos, partidos de esquerda e membros da Igreja Católica. Os setores envolvidos com os grileiros devem ser entendidos em sua heterogeneidade, como reforça Medeiros (2015), assim como os demais grupos, além do processo de urbanização da região.

As associações de trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro começaram a ser organizadas em 1940. No ano de 1948 foi fundada a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Os lavradores começaram a ocupar a região por volta de 1940 e registravam a entrada e saída desses trabalhadores. José Teodoro ou José Matias, como era conhecido, foi considerado um dos fundadores da Sociedade e alguns anos após a militância na região foi assassinado por grileiros. (COPELLO, 1983)

A Migração Japonesa em Japeri

Pedra Lisa, hoje pertencente do Município de Japeri, tem esse nome devido a uma formação rochosa localizada no centro do bairro e que chama a atenção pelo tamanho e superfície plana e lisa, na localidade tinha mata densa e os trabalhadores começaram a explorar o local em busca de lenha para carvão. Entre as diversas disputas de terras na região os japoneses chegaram a Pedra Lisa e posteriormente constituíram uma colônia. (COPELLO, 1983)

A Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa foi fundada no ano de 1947, pertencente ao 6º Distrito de Nova Iguaçu. O objetivo da Associação durante a maior parte do tempo foi lutar contra

os grileiros que tinham o interesse de expulsar os lavradores. Nessa época a malária assolava a região e ainda assim os agricultores fixaram-se, construíram casas e começaram suas roças. Nas décadas de 1950 e 1960 a região de Pedra Lisa figurava entre uma das mais produtivas da região fluminense, segundo o jornal a Voz Operária. E assim destacamos o seguinte trecho:

“Hoje, Pedra Lisa, figura entre as poucas localidades de Nova Iguaçu, que ainda possuem apreciável produção agrícola. As 1.500 famílias de trabalhadores do Norte, de Minas, do Espírito Santo e de outras partes do interior fluminense que para ali ocorrem diariamente estão produzindo toneladas e toneladas de aipim, inhame, tomates, verduras, laranjas, bananas, mamão e até arroz. Trinta japoneses chegados há alguns anos, com a sua adiantada experiência e técnica agrícola, contribuíram para que os roceiros locais melhorassem seus métodos e diversificassem a produção.” (VOZ OPERARIA, Rio, 27/07/1957, p.10)

Pedra Lisa pertencia ao domínio da União, fazendo parte da Fazenda Nacional de Santa Cruz que ia de Santa Cruz (ainda Distrito Federal) até o município de Vassouras. (COPELLO, 1983) As escrituras sobre essas terras só foram descobertas em 1956, no Cartório de 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis de Nova Iguaçu, após o titular ter sido substituído, já que o tabelião anterior dizia desconhecer tais documentações.

“A posse do governo federal sobre as terras de Pedra Lisa data de 1877, quando a Corôa Imperial adquiriu a vários fazendeiros, entre os quais o Barão da Limeira, as respectivas fazendas, com o objetivo de proteger as cabeceiras de vários rios e respectivos afluentes, que contribuíam para o abastecimento da antiga Côrte (hoje Distrito Federal), tais como o Guandu e Douro.” (VOZ OPERARIA, Rio, 27/07/1957, p.10)

Os primeiros grileiros foram o conde Modesto Leal e os milionários Guinle que criaram as Fazendas Reunidas Normandia S/A. Grileiros da região diziam-se sucessores do conde, mas com a troca de tabelião tiveram acesso aos documentos escriturais e puderam provar a falsidade desses atos. Outros grileiros continuaram a investir na tentativa de tomar a posse das terras de Pedra Lisa. Algumas famílias depois de terem sido desapropriadas foram levadas ao presidente JK que por sua vez prometeu que resolveria definitivamente a questão. As famílias ficaram na Ilha das Flores esperando uma solução por parte do presidente e pelo que se sabe, não foi tomada. A iniciativa de legalizar a documentação das terras surgiu das famílias camponesas em conjunto com a Associação de Lavradores. (COPELLO, 1983)

“Para legalizar a ocupação das terras pelos posseiros, a Associação vem pleiteando, nos Ministérios, que se reconheça a propriedade federal, sobre a região e que se designe uma taxa de ocupação, a

ser paga pelos lavradores ou a venda de lotes rurais, como o fazem os Núcleos Coloniais do Instituto Nacional de Colonização e Imigração. Ao mesmo tempo, na justiça, a Associação luta para sustar os despejos requeridos pelos grileiros e para provar a propriedade do Domínio da União sobre Pedra Lisa.” (VOZ OPERÁRIA, Rio, 27/07/1957, p.10)

A Associação continuou a fazer distribuição de novas glebas, desde que fossem incultas ou abandonadas, e fizesse parte da União. Para que os novos moradores tivessem realmente a posse da terra, deveriam com o seu trabalho cultivar e fazê-la produzir. Foi assim que os japoneses tiveram acesso aos primeiros lotes de terras, alguns antigos camponeses começaram a vender as terras depois de adquirir o termo de posse, então a colônia próxima, em Itaguaí, recebeu informações destas vendas e começaram a procurar pela localidade, quando perceberam que seria boa para o plantio e tinham feiras próximas para vender seus produtos, acharam um destes terrenos e compraram, no início isto ocorreu com apenas 2 ou 3 famílias vindas de Itaguaí, dando origem ao que mais tarde se tornaria uma colônia com a vinda de novos membros e ampliação do terreno, através da compra de novos lotes. *A reimplantação* para o Rio de Janeiro teve o objetivo de ocupar as terras vazias da Baixada Fluminense e garantir a produção de hortifrutigranjeiro para a capital. (RIO DE JANEIRO, 1909)

O processo de assimilação cultural ainda estava em curso para os imigrantes japoneses, além das mudanças regionais, como de São Paulo, onde havia grande quantidade de japoneses e ocorria um processo de assentamento destes imigrantes, para regiões do Rio de Janeiro, como Itaguaí e Santa Cruz, que estavam começando a ser exploradas pelos japoneses e que também gerou um novo processo de adaptação. A diferença é que agora já estavam mais habituados ao trabalho na agricultura, tinham desenvolvido técnicas novas, a alimentação estava mais adequada, o idioma estava sendo incorporado e os mais novos podiam frequentar as escolas e auxiliar os pais, tanto no trabalho quanto na língua. (SOUZA, 2004)

A primeira colônia japonesa no Rio de Janeiro foi a de Santa Cruz, em seguida por motivos diversos, como a abertura de estradas e a busca por novas terras fizeram com que os japoneses chegassem a Itaguaí, local onde foi fundado uma colônia e também o primeiro templo budista do Rio de Janeiro. Itaguaí chegou a ter, considerando-se uma estimativa não oficial, 50 famílias com um total de 460 pessoas integrantes na colônia. Segundo relato de membros pertencentes ao templo budista, quando chegaram em Itaguaí devido a ligação que se faz com Santa Cruz, conseguiram a posse das terras na região e formaram a colônia, fazendo pequenas plantações e praticando a religiosidade budista. Desta maneira, um pequeno grupo teve notícias de que em

Pedra Lisa estava tendo uma distribuição de terras para agricultores, através da Associação e que alguns camponeses depois de conseguirem os termos de posse das terras, estavam vendendo pequenos lotes na região. (SOUZA, 2004)

Os moradores mais antigos não sabem precisar quantas pessoas saíram de Itaguaí para Pedra Lisa, mas costumam dizer que foram para visitar ainda na segunda metade da década de 1940, conheceram muitos moradores de Pedra Lisa e estreitaram laços de amizade, conversaram sobre agricultura e melhores técnicas de plantio e que de início 2 ou 3 famílias criaram a colônia. (Entrevista Mitsu Odate, concedida a Raphaela Machado em 16 de março de 2015) Primeiramente, foi comprado um pequeno lote e conforme iam conseguindo plantar e vender seus produtos, juntavam dinheiro e adquiriam mais até atingir o que está lá atualmente, considerando que eram terras coletivas. (ODATE, 2015)

Através de relatos de três famílias ainda residentes nesse espaço podemos construir o roteiro de vida que eles seguiram para exemplificar o percurso do grupo. Na colônia plantava-se muito tomate, jiló, berinjela, quiabo, goiaba e algumas hortaliças, sendo principais tomate e goiaba. Por muitos anos foi a principal fonte de renda dessas famílias. Poucos produtores possuíam caminhonete e assim reuniam-se para os produtos serem levados em conjunto. Além das feiras de Engenheiro Pedreira e Queimados, a feira de Mesquita quando ainda pertencia a nova Iguaçu recebia muito desses produtos, a maior parte ia para o centro comercial de vendas no Rio de Janeiro nas Centrais de Abastecimento (CEASA) e alguns camelôs próximos pegavam poucas quantidades de produto para a venda a varejo. Outra atividade na época era a criação de peixes ornamentais, raros na região. Furava-se poços no chão e vendiam para lojas de produtos do ramo pela região da Baixada Fluminense, mas a maioria era levada para São Paulo. (Entrevista, 2015)

As terras eram produtivas, os comerciantes costumavam elogiar o cuidado com que era feito o armazenamento das mercadorias que iam encaixotadas para a feira, todas as goiabas iam ensacadas e em perfeito estado, os tomates também eram conhecidos pelo tamanho avantajado e qualidade. Todas as famílias tinham o hábito do cultivo do arroz japonês, fonte principal da alimentação. (Entrevista, 2015)

A colônia ficou conhecida pelas contribuições culturais que os acompanharam até a década de 80. Os moradores japoneses mais velhos tinham o hábito de reunir-se periodicamente para sessões de filmes, este era projetado numa parede branca de uma das casas, uma lona era estendida no chão para os mais jovens e bancos para os mais velhos. Os filmes eram japoneses e refletiam o cotidiano do Japão, como danças e eventos. Além dos moradores da colônia que dominavam a língua japonesa, poucos entendiam, mas ainda assim ficavam

animados pela diversão que a sessão proporcionava. (Entrevista, 2015)

Nas festas tradicionais abertas aos demais moradores da localidade, serviam comidas japonesas e músicas típicas. Associação da colônia promovia aulas do idioma japonês para os sanseis (3ª geração de japoneses nascidos no Brasil) e para os moradores do bairro que tivessem interesse, da mesma forma que as aulas de karatê, muito difundida na colônia e que teve grande interesse das crianças do bairro. As aulas eram administradas pelos moradores mais velhos da colônia e que tinham um domínio maior do idioma como da arte marcial. (Entrevista, 2015)

A situação econômica dos moradores da colônia era diferente da maioria dos moradores de Pedra Lisa, isto porque o domínio de técnicas agrícolas facilitava o trabalho, diminuía o índice de pragas e fazia com que a maioria das plantações da colônia gerasse lucro. Apesar dessa aparente prosperidade, eram tidos como “gente simples” pelos demais moradores do bairro, suas casas eram de alvenaria com telhado, no estilo popularmente conhecido como “meia água”, com móveis rústicos, a simplicidade poderia ser vista nas roupas também. (Entrevista, 2015)

Podemos afirmar que os japoneses movimentaram o bairro de Pedra Lisa, com a grande oferta dos produtos que cultivavam e com as festas que ocorriam na colônia, em datas festivas que marcou a memória de quem pode frequentar à época. Até o ano de 1957 havia chegado 30 japoneses, segundo o jornal a Voz Operária (1957), ensinaram aos camponeses locais técnicas novas que revolucionariam a agricultura, embora houvesse dificuldade de transporte para escoar a produção e abastecer o Distrito Federal. O forte vínculo que desenvolveram com toda a comunidade é visível até hoje, há muito respeito entre os membros do bairro, pois muitos japoneses deram oportunidade de emprego direta e indiretamente, seja na agricultura seja na venda dos produtos como camelôs ou até mesmo arrendando a terra para terceiros.

Os moradores mais velhos possuem um “sotaque” diferenciado, por ainda trazerem resquícios culturais bem fortes de uma época em que o japonês era a língua mais falada dentro de suas casas. Contudo, poucos elementos japoneses são percebidos em suas casas, apenas pequenos bibelôs e poucos retratos nas paredes ou nas estantes.

Atualmente, duas famílias ainda vivem na colônia que é composta por idosos, arrendam grandes faixas de terras para melhorar a renda doméstica e cultivam espaços menores perto de suas casas, com a cultura de hortaliças e principalmente a goiaba. Alguns filhos e netos costumam fazer visitas periódicas e outros vivem no Japão, vindo apenas em período de férias.

A colônia enfrentou problemas no início, por volta dos anos 1950 já que tinham pouco recursos

para construir as casas, organizar o espaço comum e construir a sede a associação. Com o passar do tempo conseguiram levantar fundos necessários e com o trabalho em conjunto foi possível estruturar a colônia, não se pode precisar quantas pessoas exatamente a colônia teve, mas atingiu em seu auge uma média de 40 pessoas.

(ODATE, 2015)

Dentre os sobrenomes das famílias podemos destacar:

| Nº | Família |
|----|-----------|
| 01 | Odate |
| 02 | Hashimoto |
| 03 | Mishima |
| 04 | Tako |
| 05 | Kodate |
| 06 | Tajima |
| 07 | Tanaka |
| 08 | Umehara |
| 09 | Keyti |
| 10 | Hatakyama |

Fonte: Mitsuo Odate em entrevista concedida em 16/03/2015.

A cidade de Japeri homenageou a colônia japonesa nos seus 50 anos, com um monumento na praça de Pedra Lisa, por seu destaque cultural e importância econômica para a região. Na ocasião políticos locais e a comunidade esteve presente. Não houve cobertura da imprensa.

Figura 1 . Foto da Pedra em Homenagem a colônia japonesa de Pedra Lisa



Foto da autora, 16/03/2015. (Tradução segundo entrevista realizada com Mitsuo Odate em dia 16/03/2015: Homenagem aos Japoneses – 50 anos. De 1952 até 2002)

Figura 2. MAPA da colônia da Pedra Lisa dentro do município de Japeri e Imagem da colônia da Pedra Lisa

Conclusão

O trabalho teve por objetivo analisar o processo migratório dos japoneses dentro do estado do Rio de Janeiro e como se deu o assentamento de um determinado grupo na cidade de Japeri, região da Baixada Fluminense. Resgatar a memória desse grupo que já foi uma colônia não foi simples, a baixa quantidade de fontes disponíveis foi um fator, mas utilizamos de entrevistas para construir a caminhada deste grupo e lembrar o cotidiano de quando a colônia esteve em seu auge nas décadas 60-70.

No ano de 2018 a imigração japonesa completa 110 anos de presença no Brasil, a trajetória de vinda dos primeiros grupos se deu para São Paulo, num segundo momento, iniciou-se o processo de reimigração, para novas terras brasileiras, na mudança para o Rio de Janeiro e a escolha da Baixada Fluminense através de políticas públicas que queriam movimentar a região, explorando as terras vazias ao mesmo tempo que os japoneses buscavam terras para melhorar suas condições de vida, podendo trabalhar por conta própria. Com estes acontecimentos Japeri, que está inserido na Baixada Fluminense, começa a receber esses novos moradores em meio a um conflito de terra, grileiros que tomavam posse das terras dos camponeses, alguns camponeses ao conseguirem suas terras de volta já não preferiam ficar mais na região e deu margem para que os recentes moradores ficassem ali. A colônia se estabeleceu em uma comunidade familiar e com trabalho agrícola, o processo de aculturação fez com que alguns hábitos originados no Japão fossem sendo esquecidos, um exemplo é o próprio idioma, em que poucos descendentes desta colônia conhecem ou usam.

Atualmente, as terras estão arrendadas para camponeses locais, sem qualquer envolvimento étnico com os japoneses, as gerações mais novas (em torno da 4ª e 5ª geração) apenas visitam os parentes, trabalham nas cidades vizinhas, como Queimados, Nova Iguaçu ou até mesmo na capital do Rio de Janeiro e não tem qualquer envolvimento com a agricultura, tampouco parecem se interessar pela atividade e até mesmo realizar o sonho de seus antepassados de regressar ao

Japão, vindo ao Brasil apenas para visitas regulares. Em busca de melhores condições de vida, mesmo que a agricultura tenha garantido a subsistência e até um certo renome dentro da comunidade camponesa almejam outras atividades.

De certa forma, hoje a colônia está desaparecendo, com três idosos ainda morando na região e sem interesse dos mais novos. O grande desafio agora será reunir o maior número possível de informações sobre a colônia para não deixar um acontecimento histórico como esse, tão relevante para Pedra Lisa, ficar esquecida da história.

Referências

- COPELLO, Sheila Gutierrez. **Conflitos de Posseiros Rurais em Áreas Periurbanas – Nova Iguaçu**. Monografia de conclusão de curso. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UFRJ, 1983.
- GRYNSZPAN, Mario. **Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987.
- HANDA, T. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.
- MEDEIROS, L. S. (Org.) **Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório Final, CPDA, UFRJ, 2015.
- ODATE, Mitsu. **Entrevista concedida a Raphaela Machado**. Japeri/RJ em 16 de março de 2015.
- PAGANELLI, T. I. **Resgate de uma história – Os japoneses no Estado do Rio de Janeiro**. In: Resistência & Integração – 100 anos de imigração japonesa no Brasil, IBGE, Rio de Janeiro, p. 103-117, 2008.
- RIO DE JANEIRO. **A imigração japonesa na baixada do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: TYP Jornal do Commercio, 1909.
- SIMÕES, M R. **Cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Niterói: UFF, 2006 (tese de geografia).
- SOUZA, S. N. **Educação e mobilidade social na colônia japonesa de Santa Cruz**, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação), UFF, Rio de Janeiro, 2004.
- VALVERDE, O. *et al.* **Estudos para a recuperação econômica da Baixada Fluminense**. In: Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: IBGE, nº 5, p. 83-122, 1952.